

OS LIMITES RETÓRICO-TEOLÓGICOS NO *SERMÃO VIGÉSIMO SÉTIMO*, O TERCEIRO DA SÉRIE *MARIA, ROSA MÍSTICA*, DE ANTÓNIO VIEIRA

Rosana Cristina Zanelatto Santos¹

Resumo: O objetivo deste artigo é, com base na Retórica antiga/aristotélica, estabelecer os argumentos retórico-teológicos utilizados por António Vieira no *Sermão Vigésimo Sétimo, com o Santíssimo Sacramento exposto*, proferido em 1633 para uma irmandade de negros devotos de Nossa Senhora do Rosário, demonstrando que subjazem em seu discurso representações do absoluto e de entidades impessoais, frutos de modelos de seu tempo e unidas simbioticamente por uma série de leis e costumes. Essas entidades são o Estado português e a Igreja Católica. O sermão foi o meio de Vieira articular o sagrado ao secular, não desmerecendo nem Deus, seu Senhor, nem as autoridades portuguesas, seus senhores terrenos.

Palavras-chave: Retórica; Igreja Católica; Escravidão; António Vieira; Literatura Portuguesa.

Abstract: *Taking into account the Aristotle's rhetoric, the aim of this essay is to present the rhetorical-theological arguments used by António Vieira in the Sermão Vigésimo Sétimo, com o Santíssimo Sacramento exposto, presented in 1633 to an African brotherhood devoted to Nossa Senhora do Rosário, showing that there were representations of the absolute and the impersonal entities, product of models of his time and symbiotically united by a group of laws and traditions, implicit in his speech. These entities are the Portuguese State and the Catholic Church. The sermon was the way that Vieira used to articulate the holy to the secular, without disrespecting neither God – his Lord – nor the Portuguese authorities – his 'lords on earth'.*

Keywords: *Rhetoric; Catholic Church; Slavery; António Vieira; Portuguese Literature.*

1. Introdução

Qualquer análise que se pretenda realizar sobre o passado e suas manifestações, dificilmente escapará a certos modelos interpretativos surgidos e edificados sob o signo do presente. Ao contrário do que se convencionou pensar, especialmente a partir do Iluminismo, a história não ressuscita ou purga os mortos de seus pecados: ela apenas “[...] evoca a função outorgada a

¹ Doutora em Letras pela USP. Docente da UFMS – Campo Grande. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Presidente da Associação Brasileira de Professores de Literatura Portuguesa (ABRAPLIP) – biênio 2012-2013.

uma disciplina que trata a morte como um objeto do saber e, fazendo isto, dá lugar à produção de uma troca entre vivos” (De Certeau, 1982, p. 57).

Em nossa opinião, existe uma tendência crítica a tentar redimir o padre Antônio Vieira de seus “pecados”, imputando à sua obra razões e motivos que não conseguimos defender com propriedade. Não queremos com isso afirmar que a análise aqui proposta seja a mais verdadeira; pretendemos, tão somente, estudar a obra do jesuíta segundo os modelos discursivos de sua época.

É necessário que se insira a produção de Vieira, que viveu quase um século, dentro dos limites não apenas cronológicos de seu tempo, mas também dos modelos retórico, teológico, político e cultural do período sob o qual produziu (Pécora, 1994). Ver em Vieira um pré-abolicionista, um anunciador do livre-arbítrio e da liberdade iluministas, é exigir demais de um homem que é dos exemplos mais contundentes do espírito português/católico da época que se convencionou chamar Barroco: crente na verdade histórica das Sagradas Escrituras, anunciou, baseado nelas, Portugal como o Quinto Império e sua função messiânica de estabelecer o Reino de Deus no mundo dos homens, mesmo que essa passagem/conversão se desse à custa da sujeição (violenta) dos indivíduos. Os portugueses contemporâneos de Vieira e também seus antecessores nos dão a impressão de estar realizando, no período dos Grandes Descobrimentos e do estabelecimento/exploração das colônias além-mar, a maior façanha depois da criação do mundo e da ressurreição de Cristo: cruzados contra-reformistas, os portugueses eram os arautos dos desígnios salvíficos de Deus ainda que para executar sua tarefa precisassem aprisionar, ferir e matar.

Dentro desse contexto, além de anunciador do Quinto Império / Portugal, Vieira era um elemento importante na estrutura vigente: apaziguador de possíveis tensões internas (isso com relação à escravidão negra no Brasil) e defensor, sob a dissimulação do discurso religioso e de seus argumentos retórico-teológicos, de uma ordem social e de determinados grupos, a saber, a nobreza e o clero.

Nessa perspectiva histórica, nosso objetivo é estabelecer, baseados na Retórica antiga/aristotélica, os argumentos retórico-teológicos utilizados por

Antônio Vieira no *Sermão Vigésimo Sétimo, com o Santíssimo Sacramento exposto*, proferido em 1633 para uma irmandade de negros devotos de Nossa Senhora do Rosário, e demonstrar que subjazem em seu discurso representações do absoluto, de entidades impessoais, frutos de modelos de seu tempo e unidas simbioticamente por uma série de leis e costumes. Em tempo: aquelas entidades são o Estado português e a Igreja Católica.

2. O modelo retórico-teológico em Vieira

2.1 A *quaestio*

Segundo Aristóteles, “Retórica é a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar persuasão” (s.d., p. 33). Atente-se para a expressão “*em cada caso*”: os mecanismos retóricos alternar-se-ão conforme a questão debatida e defendida, pois a Retórica faculta-nos a descoberta do que é próprio para persuadir em cada situação. Os métodos retóricos não são fórmulas acabadas: cada *quaestio* possui e oferece-nos seus próprios argumentos.

A Retórica antiga/aristotélica alicerça sua existência sobre três condições básicas: a *quaestio*, a *oratio* e o *orator*. A *quaestio* inaugura o processo retórico, uma vez que todo discurso (dis + currere = percorrer nas mais variadas direções) gravita em torno de um tema que, ao ser problematizado, resulta na *quaestio*, cujo pressuposto é a busca de provas, em geral conflitantes. Essas provas exteriorizar-se-ão por meio dos argumentos, o principal recurso para se chegar à persuasão. A *quaestio* divide-se em tese ou questão geral e hipótese ou questão particular. A tese tratará o tema de modo abstrato e alheio às circunstâncias práticas de sua existência. Enquanto isso, a hipótese individualizará o tema, nomeando os participantes da ação, o lugar onde as coisas ocorrem e as possíveis circunstâncias que cercam a situação. As hipóteses, por sua vez, manifestam-se em três gêneros oratórios: judicial/forense, deliberativo/político e epidítico/laudatório. Esses gêneros se distinguirão em função dos valores e objetos apreciados e do tempo de sua ocorrência/existência - passado, presente ou futuro.

Inscritas nesses gêneros, as hipóteses, desde que utilizados de forma adequada os argumentos na demonstração do que se quer verdade, concorrem para o sucesso persuasivo dos discursos em confronto.

No texto analisado, o *Sermão Vigésimo Sétimo*, o orador estabelece uma relação de poder e dominação entre as partes envolvidas no discurso, relacionando os substantivos Senhor ao possuidor – ou seja, Deus ao senhor de escravos – e o escravo/cativo ao possuído. Na perspectiva escolástica, a sociedade é uma instituição natural que visa à procura do bem comum, em suma, a felicidade dos cidadãos. Porém, para que se alcance esse objetivo é necessário que alguns (a maioria) submetam-se à autoridade de poucos. No sermão de Vieira, aparecem dois níveis de autoridade: a suprema, Deus, e seus representantes terrenos, reis, Papa, sacerdotes. Partindo desse pressuposto, asseveramos que Vieira, no sermão em discussão, levanta a seguinte hipótese: é sina do homem, não importa sua etnia, ser cativo, uma vez que o pecado cassou-lhe a liberdade ofertada pelo Criador; porém, melhor ser cativo de corpo de um senhor terreno a ser cativo de alma do demônio. Como toda hipótese encerra uma tese, a tese levantada no *Sermão Vigésimo Sétimo* reside no confronto entre a crença e a não-crença, no qual a fé é o divisor de águas: para os crentes, esperança; para os não-crentes, ameaças. Dentro do imaginário cristão só há uma escolha possível ao ser humano: crer em Deus e optar pelo Bem. Negar Deus ou crer no Nada é estar ao lado do demônio (Agostinho, 1995).

Sabei, porém, que é certo (e fique-vos isto na memória) que se Jeconias e seus irmãos creram a Jeremias, não seriam cativos; mas porque deram mais crédito aos profetas falsos que os adulavam, assim ele como seus irmãos, todos acabaram no cativeiro de Babilônia [...] (VIEIRA, 1975, p 85).²

Ao tratar de um fato futuro, a opção pela vida eterna, mas que deve realizar-se existencialmente nas práticas presentes, diárias, o orador aconselha/defende, de modo veemente, a supremacia da obediência aos desígnios de Deus e a repressão da subversão, da revolta. De modo exemplar,

² As demais citações do Sermão são retiradas dessa edição.

o Cristo também serviu a seus discípulos e foi crucificado para o perdão dos pecados dos homens.

Escravos, estai sujeitos e obedientes em tudo a vossos senhores, não só aos bons e modestos, senão também aos maus e injustos. [...] porque nesse estado em que Deus vos pôs, é a vossa vocação semelhante à de seu Filho, o qual padeceu por nós, deixando-vos o exemplo, que haveis de imitar (p. 77).

Logo, a *quaestio* gira em torno do útil e do nocivo, do Bem e do Mal, e da opção do auditório sobre um fato futuro, inscrevendo o sermão estudado no gênero deliberativo.

O sermão de Vieira materializa discursivamente os desígnios divinos, pois Deus existe num plano diferente do de seus interlocutores: o Criador habita um universo espiritual que submete/subordina o universo material no qual estão os homens. Por isso, a voz do pregador é a voz de Deus, que acaba por dominar a cena, estabelecendo uma relação de desigualdade entre o Criador e as criaturas enquanto houver a barreira do tempo histórico/cronológico a separá-los. Cristo, durante sua passagem terrena e, portanto, acessível e sensível ao universo material, e Nossa Senhora do Rosário são os mediadores da causa humana. Note-se que no pensamento escolástico de Vieira, sempre existirá, neste mundo, uma relação senhorial que deve ser respeitada e só haverá igualdade (pelo menos é o que o catolicismo promete...) quando Deus e os homens (co)existirem num mesmo plano, o superior, o divino... E é preciso fé para se crer numa ascensão da qual só se tem notícia por meio da Bíblia e suas mensagens simbólicas, por vezes obscuras. Aos crentes resta crer e agir conforme o autorizado. Segundo Eni P. Orlandi: “[...] de um lado, temos sempre a onipotência divina, de outro, a submissão humana” (1987, p. 247).

Ainda baseando-nos em Orlandi, classificamos o discurso de Vieira como autoritário visto que fechou suas possibilidades interpretativas a uma única direção – a da crença – criando a ilusão de que o auditório/interlocutor tem direito à resposta, quando, de fato, foi constituído a partir de um dado contexto ideológico e das relações que os indivíduos dignitários do poder

estabelecem com os demais sujeitos discursivos. Coloca-se a seguinte situação: Deus – onipotente, onipresente e onisciente – não (pres)supõe a existência de um discurso contrário, pois ele é a Verdade, o *logos* primordial e essencial. Não há interação possível entre Ele e os ouvintes: Vieira não é mais que um canal para a mensagem salvífica.

2.2 - A *inventio* e a *dispositio*

Identificada a *quaestio*, parte-se para a construção do discurso. As etapas a percorrer são: 1. *Inventio*: busca das provas que servirão como defesa da posição assumida diante da *quaestio*; 2. *Dispositio*: organização das provas pelo discurso; 3. *Elocutio*: redação do discurso; 4. *Memoria*; 5. *Actio*. Nossa análise ocupa-se da *inventio* e da *dispositio*, por entendê-las etapas fundamentais na construção do discurso rumo ao sucesso persuasivo.

O *Sermão Vigésimo Sétimo* está disposto em três partes: o *exordium*, que corresponde à parte I; a *argumentatio*, que inclui as partes de II a VII; e a *peroratio/conclusio*, correspondente à parte VIII.

No *exordium*, o orador deve despertar a atenção e a benevolência do auditório para a hipótese e a tese defendidas. Vieira inicia seu sermão sinalizando para uma coisa que “não admiramos” (p. 57): a “imigração forçada” dos africanos para o Brasil. O uso do “não” causa no auditório/interlocutor um certo estranhamento, pois confronta o habitual, o cotidiano, isto é, o cativo dos negros com um tema de superior importância que é o da liberdade eterna. Não se admiravam os ouvintes diante da escravidão, porque essa prática fazia parte de uma consciência historicamente marcada pelo não-questionamento: o sistema colonial e sua economia mercantilista não podiam prescindir do trabalho escravo. A relação entre senhor e escravo no Brasil colonial extrapolava os limites econômicos para tornar-se uma instituição social de dominação na qual os senhores detinham não só o direito sobre a força de trabalho dos africanos, mas também sobre os seus corpos, sendo-lhes, por conseguinte, facultado o direito a disciplinar, vender, desfazer-se e mesmo matar aqueles sobre quem seu poder se expandia. Aos escravos restava submeter-se visto que não eram mais que propriedades/peças dentro de uma

linha de produção; até mesmo o direito à constituição de uma família era vedado por alguns senhores caso vislumbrassem uma ameaça à autoridade ou o aumento nos gastos para a manutenção dos negros. Como assevera Perdigão Malheiro,

O escravo subordinado ao poder (potestas) do senhor, e além disto equiparado às coisas por uma ficção da lei enquanto sujeito ao domínio de outrem, constituído assim objeto de propriedade, não tem personalidade, estado. É pois privado de toda a capacidade civil (1976, p. 58).

Apesar do total estado de indignação e desigualdade do negro cativo, Vieira justifica a escravidão terrena como um sinal da misericórdia de Deus e da oportunidade dada aos africanos de não morrerem sob o signo do pecado: continuando em sua terra natal, permaneceriam pagãos e, conseqüentemente, vivendo em pecado e padecendo sem o perdão possibilitado pela fé católica. O primeiro cativo, o terreno, é o *salvo-conduto* para a liberdade da alma na vida eterna.

Oh Deus! Quantas graças devemos á fé que nos destes, porque ela só nos cativa o entendimento, para que à vista destas desigualdades, reconheçamos contudo vossa justiça e providência (p. 58).

Ainda no *exordium*, o orador recorre a Mateus e sua narrativa acerca do cativo dos israelitas na Babilônia, para influir sobre o ânimo dos escravos/crentes: assim como Deus castigou os judeus com o furor de sua justiça e, concomitantemente, iluminou-os para que não caíssem no embuste dos falsos profetas e caminhassem rumo à liberdade que viria com a segunda transmigração, do mesmo modo o Criador agiria com os negros que aguardassem e cressem na providência divina.

Porque o fogo queima e alumia; e no cativo de Babilônia, não só queimou Deus e castigou os israelitas, mas também os alumiou; e porque os castigou e alumiou no cativo da primeira transmigração - 'In transmigratione Babylonis' - por isso e com isso os dispôs e preparou para a liberdade da segunda: 'Et post transmigrationem Babylonis' (p. 59).

Vieira estabelece uma relação temporal entre cativo e liberdade: o presente-cativo e o futuro-liberto. E o passado? O passado será sempre o

tempo heróico antes do pecado quando o homem não precisava retornar a Deus para possuir suas benesses posto que, feito à Sua imagem e semelhança, era parte integrante Dele. E o que se busca no futuro é o retorno ao passado de glórias e de completude. Mas por que Deus se preocupa com as criaturas? Para mostrar-lhes que, se elas foram engendradas pelo Criador, voltarão a ele no dia do Juízo Final; porém, nem todos: somente aqueles que reconhecerem Deus, se reconhecerem Nele e se deixarem conduzir pela palavra que salva.

Por isso foi necessário que o Filho de Deus se fizesse homem e morresse na cruz, para que, com o preço infinito de seu sangue, pudesse resgatar e resgatasse as almas do cativo do demônio e do pecado. E deste cativo tão dificultoso e tão temeroso e tão imenso, é que vos prometo a carta de alforria, pela devoção do rosário da Mãe do mesmo Deus (p. 70).

Desde o *exordium* os argumentos de Vieira são baseados na autoridade e na tradição da Bíblia. Não são argumentos racionais; são argumentos teológicos e quando a *auctoritas historiae humanae* intervém, contribui para o fortalecimento da doutrina da Igreja. Dois topos servirão de norte na construção persuasiva do orador: o da partilha e o da *consolatio*. Vieira conhece a palavra que salva, deve partilhá-la com seu auditório e ela será a consolação para as penúrias do cativo terreno. A promessa consolatória do orador é a de que Deus servirá aos escravos no céu. Veja-se a imagem de Deus-Pai, Todo-Poderoso, serviçal de míseros negros escravos, o efeito que essa visão deveria produzir no espírito dos crentes. O jesuíta cumpre seu papel, como prediz a Bíblia:

Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder a cidade edificada sobre um monte; nem se acende uma candeia para colocá-la debaixo do alqueire, mas no velador, e alumia a todos que se encontram na casa. Assim brilhe também a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai que está nos céus (Mateus, 5, 15).

Passemos para a segunda parte do sermão, a *argumentatio*. O ato de argumentar reflete a escolha que se faz dos argumentos e das palavras que nos sejam favoráveis e levem nosso auditório/interlocutor a aceitar aquilo que lhe propomos. Por isso o discurso é capaz de produzir algum tipo de efeito, de

reação sobre o interlocutor. A *argumentatio* é a base estrutural de todo e qualquer discurso: é por meio das articulações argumentativas entre as partes do discurso que ele adquire coesão e coerência, sendo marcado pela intencionalidade.

Os argumentos de Vieira são desenvolvidos a partir de uma abordagem reiterativa dos elementos linguísticos e alegóricos, destacando-se o efeito lúdico que os trechos bíblicos imprimem ao discurso, sempre retornando à *quaestio*. O discurso vieiriano será uma constante epífrase, acrescida de novos períodos, responsáveis pela expansão do campo semântico daquilo que se trata.

Na *argumentatio*, o orador distingue a superioridade do senhor em relação à inferioridade escrava, desde o aspecto corporal até o intelectual. O senhor era o indivíduo completo, cidadão cujos corpo e alma lhe pertenciam e deles dispunha como melhor lhe conviesse. O português/cidadão, predestinado a ser cristão, e por isso liberto do pecado original, também estava predestinado a ser senhor de africanos e indígenas, povos que ainda viviam na indigência pecadora de seu estado primordial, portanto, predestinados ao cativeiro corporal, aliás forma viável para chegar à liberdade eterna, não conseguida por via de um nascimento cristão/europeu. Segundo essa lógica, é possível explicar a ética do privilégio senhorial que se instala em prol dos portugueses/cristãos/europeus, em detrimento de qualquer justiça que valorize a pessoa, seja ela pertencente a qualquer etnia. É, pois, esta a ética da colonização, sem justiça social.

Jorge Benci explica a origem do pecado e a consequente relação senhor-escravo que dele surgiu:

O pecado, pois, foi o que abriu as portas por onde entrou o cativeiro no mundo; porque rebelando-se o homem contra seu Criador, se rebelaram nele e contra ele os seus mesmos apetites. Destes tiveram sua origem as dissensões e guerras de um povo contra outro, de uma nação contra outra nação, e de um Reino contra outro Reino. E porque nas batalhas, que contra si davam as gentes, se achou que era mais humano não haver tanta efusão de sangue introduziu o direito das mesmas gentes que se perdoasse a vida aos que não resistiam, e espontaneamente se entregavam aos vencedores; ficando estes com o domínio e senhorio perpétuo sobre os vencidos, e

os vencidos com perpétua sujeição e obrigação de servir aos vencedores (1977, p. 48-49).

Apesar de o texto de Benci ter sido publicado em 1700, isto é, após a morte de Vieira e a compilação de sua obra, a lógica que move ambos é a mesma: propor uma explicação teológica para o cativo, dissimulando as relações econômicas entre o sistema colonial e a escravidão.

No entanto, resta uma consolação aos negros: apenas o corpo pode ser escravo, mas a alma, a melhor parte do ser humano, só será cativa se o homem assim o permitir. Vieira exemplifica a obrigação da sujeição aos senhores carnais através de trecho da Epístola de Paulo aos Efésios: “Quanto a vós, servos, obedeci a vossos senhores segundo a carne, com temor e tremor, na sinceridade de vosso coração, como a Cristo” (Paulo, 6, 5).

A consolação desse meio cativo contrapõe-se à possibilidade aterradora e devastadora de um cativo por inteiro; uma alma cativa da perdição, do mundo das trevas seria a opção do homem ao negar seu direito à liberdade eterna. É certo que todos temos liberdade para seguir os mais variados caminhos. Mas que liberdade é essa da qual nos fala Vieira? O livre-arbítrio é um dom concedido por Deus aos homens e tudo que emana do Criador é bom e justo. Baseados nessa assertiva e em Santo Agostinho (1995), uma questão se coloca: se tudo que vem de Deus é bom e justo e guia o homem na direção da bondade e da felicidade, razão última da existência, por que, então, o ser humano por vezes opta por trilhar os caminhos do mal? Quando a crença nos preceitos e nas promessas do Senhor não mais existe, é nesse momento que o ser nega seu direito à luz e escolhe viver no pecado.

Com efeito, é preciso que **creiamos** - nós mesmos, e as melhores pessoas, enquanto vivem neste mundo. E certamente, **depois desta vida**, todos os homens bons e piedosos possuirão e contemplarão essas coisas, com mais evidência e perfeição. [...] Nessa esperança, desprezando os bens terrestres humanos, desejemos e amemos com todas as forças as verdades divinas (Agostinho, 1995, p. 79. Os grifos são nossos).

O primeiro homem a “negociar” sua alma foi Adão e essa foi a origem da perdição das demais almas. Seu ato e o de sua companheira foram tão

horrendos que a natureza humana degenerou e o pecado foi transmitido aos descendentes de Adão e a morte tornou-se uma necessidade para as criaturas (Agostino, 1990). A partir do exemplo do pecado de nosso pai ancestral, Vieira tenta guiar seu auditório no sentido contrário ao do pecado, uma vez que já se conhecem as consequências nefandas do desvio humano de seu caminho da natural retidão humana. Negar o exemplo de Adão é optar pelo caminho da salvação. Engenhosamente, Vieira envereda pelos exemplos de Adão e o caso do rei israelita Acab para chegar à ganância senhorial na Bahia, quando vários proprietários de escravos proibiam que suas “peças” tomassem os sacramentos da Igreja, alegando que isso lhes diminuiria os lucros. Como os escravos não podiam dispor de seus corpos, mercadorias pertencentes aos senhores, que os mesmos senhores não fossem os responsáveis, também, pelo cativeiro de suas almas: assim praticariam apenas meio pecado... Neste ponto, perguntamo-nos: afinal, a quem o jesuíta queria consolar – aos escravos, para que se submetessem voluntariamente aos senhores, ou aos senhores, para que não incorressem em pecado total, mantendo cativa também a alma de suas posses?

Na sequência, Vieira utiliza como principal argumento em favor da liberdade eterna da alma a força do bem maior, amplificando-a a um espaço para além do temporal. Quando temos dois bens em confronto, que se defenda o mais útil. Para delimitarmos essa utilidade, podemos partir do princípio de que se um bem está contido em outro, ele é menor e menos útil. Logo, se o cativeiro terreno é um rito de passagem para um outro plano no qual a liberdade eterna é garantida e está contido num projeto de vida muito mais amplo que a mediocridade terrena, que se preserve o bem maior, ou seja, a liberdade duradoura da alma.

A alma é melhor que o corpo, o demônio é pior senhor que o homem, por mais tirano que seja; o cativeiro dos homens é temporal, o do demônio eterno; logo nenhum entendimento pode haver, tão rude e tão cego, que não conheça que o maior e pior cativeiro é o da alma (p. 67).

Isso significa que a liberdade oferecida para o corpo deve ser preterida em favor da liberdade eterna da alma. Cristo veio salvar as almas e não os

corpos dos homens. Os corpos poderão ser salvos por outros homens e a história bíblica está repleta de casos exemplares dessa salvação: Moisés, Davi, etc. Porém, quem libertará os negros de seu cativeiro corporal? Os que tentaram na época de Vieira foram execrados e vistos como delinquentes ferozes, renitentes pecadores contra a Igreja.

Aos escravos cabe ver e viver o cativeiro como um estado de graça, uma oportunidade para que se encaminhem para a liberdade eterna, desde que sejam conduzidos por vontade e voluntariedade, pois são servos e filhos de Deus e irmãos do Cristo em seu sofrimento. Fica estabelecido um princípio de organização familiar segundo o qual os filhos devem obediência cega aos pais, e os diletos são aqueles que cumprem à risca suas atribuições. No entanto, Vieira enfatiza a relação mercantil a unir senhores e escravos e a vantagem levada pelos senhores sobre os escravos: a liberdade de desfazer-se deles quando bem entenderem. “Vós estais obrigados a eles, porque não podeis deixar o seu cativeiro, e eles não estão obrigados a vós, porque vos podem vender a outro, quando quiserem” (p. 78).

A *peroratio/conclusio*, calcada nas provas apresentadas na *argumentatio*, é a recapitulação do que foi demonstrado anteriormente. Deve resumir hipótese e tese do discurso, além de tentar convencer o auditório em favor do que foi dito. Vieira conclui, com a certeza do dever cumprido: partilhou com seus ouvintes a grande Verdade do catolicismo, uma Verdade com caráter real e retirada das Sagradas Escrituras.

Tenho acabado o meu discurso, e parece-me que não faltado ao que vos prometi. E porque esta é a última vez que hei de falar convosco, quero acabar com um documento tirado das mesmas palavras [...] (p. 82).

3. Considerações Finais

O discurso de Vieira possui as três características que marcaram os discursos de evangelização colonial: é universal (um discurso que servia para qualquer lugar, em qualquer tempo, para qualquer cultura ou etnia); doutrinário (um discurso utilitário que visa a persuadir os infiéis sobre a necessidade da salvação e da crença na fé católica) e guerreiro (um discurso pronto a

combater e a vencer os inimigos da fé, conseqüentemente, os inimigos de Deus).

Vieira nunca se propôs a criticar o sistema colonial e sua opção econômica pelo mercantilismo. Portanto, não fez a defesa de uma possível libertação dos africanos. O orador era um defensor da relação senhorial: se nem a reis Deus poupou ao cativo, por que haveria de poupar a negros/pagãos?

Pois se os cetros e coroas não livraram do cativo a tantos reis, e depois de adorados dos seus vassallos, se viam escravos de estranhos, estas voltas tão notáveis da roda da fortuna vos devem consolar também na vossa (p. 82-83).

Vieira, no entanto, deixa seu recado aos senhores de escravos: “Senhores, que **hoje** vos chamais assim, considerais que para passar da liberdade ao cativo, não é necessária a transmigração de Babilônia [...]” (p. 83. O grifo é nosso). O advérbio “hoje” é um indício do caráter temporal, portanto, efêmero da condição do cativo terreno (e, por conseguinte, da relação senhorial), pois que na vida eterna não se conhecerão limites cronológicas ou barreiras de servidão.

O ataque desferido por Vieira tem como alvo os abusos praticados pelos senhores contra seus escravos. Conhecedor das leis e circunscrito à mentalidade colonial/mercantilista, o jesuíta sabia ser a escravidão uma instituição legal e vital para Portugal.

Bem sei que alguns destes cativos são justos, os quais só permitem as leis, e que tais se supõem os que no Brasil se compram e vendem, não dos naturais, senão dos trazidos de outras partes: mas que teologia há ou pode haver que justifique a desumanidade e sevícia dos exorbitantes castigos com os mesmos escravo são maltratados ? (p. 84).

À guisa de conclusão, parece-nos que além de defender a crença como o caminho para a liberdade eterna, Vieira chegou aos limites da ética do privilégio senhorial, que movia a economia colonial, com a ética da justiça: como não podia (porque isso era um impedimento contextual e cultural) optar pela libertação terrena dos escravos, propôs-lhes, como alternativa para seu sofrimento, a minimização de suas penas corporais e a liberdade eterna.

Alegra-nos pelos dias em que nos afligiste, e pelos anos em que vimos o mal.

Apareça a tua obra aos teus servos, e a tua glória sobre seus filhos.

E seja sobre nós a graça do Senhor, nosso Deus: e confirma sobre nós a obra das nossas mãos; sim, confirma a obra das nossas mãos (Salmos, 90, 15-17).

4. Referências

AGOSTINHO, Santo. *A cidade de Deus - contra os pagãos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, 1990. (Parte II).

_____. *O livre-arbítrio*. Trad. de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica*. Trad. de António Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [s.d.].

BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

BÍBLIA SAGRADA. Trad. de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1956.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil. Ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976. Vol. I e II.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.

PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos Sermões de Antonio Vieira*. São Paulo: EDUSP; Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

VIEIRA, António. *Sermões: problemas sociais e políticos do Brasil*. Org. Antonio Soares Amora. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1975.

5. Bibliografia Consultada

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

ARISTÓTELES. *A política*. Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília: EDUNB, 1988.

AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em tensão e crise*. São Paulo: Ática, 1978

HANSEN, João Adolfo. O profeta da luz. *Folha de S. Paulo*, 13 jul. 1997, p. 6. Caderno Mais!

HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. Tomo II/1.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Trad. de R. M. Rosado Fernandes. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

SARAVA, António José. *O discurso engenhoso*. São Paulo: Perspectiva, 1980.